

2

O Contexto Bipolar e a Doutrina da Contenção

2.1.

O Surgimento de um *Peer Competitor* e o Início da Guerra Fria

Finda a Segunda Guerra Mundial, com a capitulação alemã no dia 8 de maio de 1945, e em 14 de agosto de 1945 com a rendição japonesa, cristalizava-se de vez uma nova situação nas relações de poder nas relações internacionais. Assim, diferentemente do que ocorreu em 1917 no final da Primeira Guerra Mundial, após o encerramento da Segunda Guerra do século, vitoriosos, os EUA, dessa vez assumiam a responsabilidade de definir a nova ordem internacional que estava por se formar.

Em 1945, porém, muitas eram as questões relativas ao futuro da estratégia norte-americana depois do encerramento do conflito. Havia também inúmeras incertezas sobre o rearranjo de forças que se estabeleceria no cenário que fora destruído pela guerra. Assim, embora as decisões que viessem a ser tomadas pelos EUA pudessem moldar a ordem do pós-guerra, o país ainda não tinha uma idéia firme acerca de quais seriam essas decisões. Havia várias estradas pelas quais os EUA poderiam viajar (Ambrose, 1993).

Logo, a pergunta que se colocava era como reformular a política externa e a estratégia dos Estados Unidos em respostas aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, de modo a favorecer a perseguição e a ampliação dos interesses norte-americanos dentro do sistema internacional? A emergência da União Soviética (URSS) na posição de segunda grande potência no sistema internacional após o declínio europeu teve implicações diretas para as relações internacionais dos EUA e mundiais. Configurava-se, portanto, a resposta à pergunta supracitada.

Na realidade, as mudanças ocorridas no sistema internacional do pós-Segunda Guerra Mundial podem ser definidas principalmente por quatro fatores. Primeiro, a Segunda Guerra foi o capítulo final de destruição da Europa como centro das relações internacionais, representado pelo declínio econômico e

político de suas principais potências: Inglaterra, França e Alemanha. Isso criou um vácuo de poder político dentro do continente.

Segundo, o conflito mundial havia beneficiado os EUA mais do que qualquer outro país. Em 1945, os norte-americanos apresentavam um poder político, diplomático, econômico e militar incomparável frente a qualquer outro país na seara internacional. De acordo com Ikenberry (2002), enquanto no início do século XX, os EUA já eram a maior potência industrial, na véspera da Primeira Guerra Mundial, a produção industrial do país era duas vezes superior a da Inglaterra e a da Alemanha, que eram os rivais industriais mais próximos. Para se ter uma idéia, em 1948, o poder dos norte-americanos era de tamanha intensidade, que o país possuía cerca de 48% da produção industrial de todo o mundo.

Terceiro, diz respeito às transformações que começavam a se desenvolver na periferia do sistema internacional. Assim, o declínio das potências europeias teve como um de seus efeitos mais profundos a aceleração dos movimentos de descolonização a partir da segunda metade dos anos 50, com o fim dos antigos impérios coloniais na Ásia e na África.¹

O quarto, e principal fator, refere-se à União Soviética (URSS). Mesmo com as perdas da guerra, a URSS, juntamente com os EUA, emergia como uma potência internacional, também favorecida pelo declínio europeu. A ascensão da URSS como a segunda grande potência no sistema internacional teve implicações diretas para a política externa norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial. Embora seu poder fosse inquestionavelmente menor, a formação de uma esfera de influência soviética atrapalhava o objetivo norte-americano constituir a ordem do pós-Segunda Guerra somente consoante seus interesses. (LaFeber, 1997).

Assim, no vácuo de poder deixado pela Europa, EUA e URSS emergiram como as duas nações mais importantes do cenário internacional. As relações internacionais passaram a ser organizadas a partir das duas potências. O eixo de poder mundial estava claramente mudando, e os EUA deveriam trabalhar dentro dessa realidade.

¹ Segundo LaFeber, nos anos 1970, já havia cerca de 50 países independentes. Gana foi o primeiro país africano do pós-Segunda Guerra Mundial a conquistar a independência. N Mais informações, ver em LaFeber, W. America, Rússia, and the Cold War, 1945-1996. New York: The Macgraw-Hill Comapnies, Inc., 1997. p. 240.

A princípio, os EUA buscaram forjar uma ordem liberal internacional com base em instituições multilaterais. Dessa forma, criaram instituições internacionais de caráter multilateral como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial), ambas criadas em 1944, na conhecida Conferência de Bretton Woods.

No campo político, os norte-americanos instituíram as Nações Unidas (Carta de São Francisco, 1945); já na área comercial, apesar da malograda tentativa de se criar a Organização Internacional do Comércio (Carta de Havana), estabeleceu-se o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em 1947).²

De acordo com Ikenberry (2002), os EUA buscaram atender seus interesses no pós-guerra por meio de um sistema liberal multilateral. Assim, na construção da nova ordem internacional, os Estados Unidos permitiram que outros países tivessem representatividade e poder decisão, ainda que relativamente menor do que os norte-americanos. Além disso, limitaram o próprio poder dentro de limites preestabelecidos no âmbito dos organismos internacionais.

É verdade que, diferentemente de potências anteriores, os Estados Unidos procuraram forjar instituições e regras internacionais de caráter multilateral, o que de certa forma “restringia” a total liberdade de ação da superpotência. Não obstante, é importante salientar que a decisão norte-americana não se tratava de uma “auto-restrição benevolente”.

A estratégia de promoção do interesse nacional mediante a construção de uma ordem cooperativa garantia a existência de um ambiente internacional estável e favorável à expansão norte-americana. Ademais, a busca de interesses por meio de foros multilaterais, reduzia os custos do exercício da hegemonia e causava menos desconfiança por parte de outros Estados. (Ikenberry, 2002).

Além disso, cumpre ressaltar que, a despeito de esses organismos apresentarem um caráter “multilateral”, a proeminência dos Estados Unidos foi salvaguardada no âmbito das instituições do pós-guerra, haja vista as prerrogativas que o país manteve dentro dessas organizações internacionais.³

2 A tentativa de se criar uma Organização Internacional do Comércio foi bloqueada pelo Congresso norte-americano. O GATT, que não constituía uma instituição, senão um acordo sobre comércio, deu origem à Organização Mundial do Comércio, criada em 1995.

3 É necessário levar em conta dois aspectos nesta questão: se por um lado, os EUA mantiveram o único poder de veto nas instituições financeiras como o FMI; por outro lado, os estadunidenses compartilharam o poder de veto na ONU com mais quatro potências – embora por mais poderoso

Não obstante, a configuração inicial baseada na idéia de “um mundo”, sustentada por projetos de segurança coletiva e universalismo econômico não pôde ser levada adiante. O esforço norte-americano fracassou devido ao surgimento do conflito Leste-Oeste: “The order that took shape in the late 1940s, however, was not what wartime planners had envisaged or sought to implement during and immediately after the war. The one world of American wartime planning [...] gave way to a bipolar system” (Ikenberry, 2002, p. 116).

Assim, entre 1945 e 1947, a gradual separação de interesses e a oposição entre Estados Unidos e URSS lançaram as origens da Guerra Fria.⁴ Embora apresentem diferentes motivos para justificar o distanciamento entre EUA e URSS, estudiosos da política externa norte-americana⁵ são unânimes em afirmar que foi entre os anos de 1945 a 1947 que a relação entre norte-americanos e soviéticos deteriorou-se, dando início, portanto, ao período que recebeu o nome de Guerra Fria.⁶

Na realidade, o reordenamento das relações internacionais segundo uma ordem liberal, que atendesse aos interesses dos Estados Unidos, esbarrou na oposição soviética. A expansão do modelo político e econômico soviético impedia a formação de um sistema americano global. Nas palavras de Kissinger, a tentativa norte-americana em construir uma nova ordem mundial “colidiu no expansionismo stalinista” (1999, p. 882).

Nesse sentido, a partir das conferências de Yalta e Potsdam, que se propunham a discutir os arranjos do pós-guerra, o antagonismo entre os dois

que fosse, é difícil imaginar que os Estados Unidos pudessem ser o único país a sustentar o poder de veto na ONU. Não tanto pela oposição dos países europeus, mas pela oposição da União Soviética.

⁴ É importante destacar que há autores como LaFeber e André Fontaine, que apresentam visões diferentes das tradicionais sobre o início da Guerra Fria. Fontaine aponta 1917 como um dos anos possíveis de nascimento da Guerra Fria, entendida como uma oposição entre dois modos de vida e sistema distintos. LaFeber, por sua vez, assevera que o conflito entre Rússia e EUA teve início no final do século XIX, em confrontos no norte da China e Manchúria. Já a Guerra Fria, segundo o autor, havia começado em 1946 para a URSS e para a Inglaterra, ao passo que, para os EUA, a Guerra Fria começaria somente a partir do lançamento da Doutrina Truman, em 1947.

⁵ Kissinger, 1999; LaFeber, 1997; Morgenthau, 1951; Gaddis, 1982; Cohen, 1993, Pecequilo, 2003. Embora as razões apresentadas por esses autores para justificar o distanciamento entre EUA e URSS variem.

⁶ Segundo Warren Cohen, o primeiro uso do termo Guerra Fria é normalmente atribuído a Herbert Bayard Swope, um publicitário contratado por Bernard Baruch – conselheiro do Presidente Harry Truman. Mais informações, ver em Cohen, I. W. *America in the age of soviet power, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 1.

aliados vencedores da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS, aprofundou-se. As diferenças de posição e de objetivos entre ambos os países ficaram patentes:

“... em julho/agosto, em Potsdam, já com a morte de Roosevelt e a posse de Truman, começaram a desenhar-se com maior clareza as esferas de influência norte-americana e soviética, correspondentes, respectivamente, ao Ocidente e ao Oriente. Em Potsdam, os EUA também declararam seu monopólio nuclear (efetivamente usado no Japão) e sinalizaram o declínio da parceria com a União soviética, que terminaria de fato em 1946.” (Pecequillo, , 2003, p.136).

Os anos entre 1945 e 1947, portanto, constituíram um período de transição, em que Estados Unidos e União Soviética partem de uma posição de cooperação bélica para um posicionamento de confrontação. O desejo dos EUA de “modelar” o mundo consoante seus interesses foi interrompido pelo surgimento de uma ordem internacional bipolar. Em resposta a esta estrutura, os Estados Unidos forjaram a estratégia que orientaria sua política externa durante todo o período de Guerra Fria: a Contenção.

2.2. Doutrina da Contenção: a melhor alternativa

Grande parte de estudiosos norte-americanos, como não poderia deixar de ser, culpa os soviéticos pelo início da contenda bipolar. Segundo eles, se os soviéticos não houvessem descumprido os acordos de Yalta e Potsdam e, conseqüentemente, não tivessem estendido o exército vermelho sobre o leste europeu, o confronto entre as potências não teria emergido. Para os mesmos, foi a ocupação da Europa Oriental pela URSS que destruiu a Grande Aliança da Segunda Guerra e deu origem à Guerra Fria. As palavras de Morgenthau expressam bem esta posição:

“No other event in the recent history of Russo-American relations has had so lasting and profound an effect upon the American mind as the violations of the Yalta agreement by the Soviet Union [...] they have influenced in an important, if not decisive, fashion American policy toward the Soviet Union ever since” (Morgenthau, 1951, p. 111-112).

Com efeito, o avanço da União Soviética sobre o leste europeu após o descumprimento de Yalta e Potsdam certamente foi observado pelo governo estadunidense com apreensão. Não obstante, a superioridade norte-americana em relação à URSS, tanto no campo econômico como militar, amenizava as

preocupações dos EUA – vale lembrar que em 1945 somente os americanos possuíam a bomba atômica.⁷ Neste momento, em 1945, o incômodo maior devia-se ao fato de que o estabelecimento de zonas de influência soviética atrapalhava o plano norte-americano de expandir seu poder globalmente. Como salienta LaFeber:

“...at the outset of the Cold War, Truman’s problem was certainly not the threat of Soviet invasion of Asia or Europe. Nor was it American public opinion. The problem lay in Eastern Europe, where Stalin militarily roped off the region – and thus directly challenged the [...] growing belief in Washington that the American system could only work globally.” (1997, p. 28-9).

Em 1945, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho, pois havia saído da guerra em ruínas, exaurida, com a economia de tempo de paz em frangalhos. Na verdade, a União Soviética precisava de toda ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia ajudá-la, os EUA. Para Hobsbawm: “A Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais.”⁸ (1999, p.247).

Realmente, a disparidade de poder estava refletida na distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas. Os EUA, por seu

⁷ Segundo relatório formulado pelo serviço de inteligência estadunidense em 1945, a superioridade de poder militar dos EUA era notável. Os EUA calculavam que os soviéticos precisariam de cinco a dez anos para obter o número de técnicos e de força aérea compatíveis com a norte-americana, o mesmo tempo era esperado até que a URSS pudesse desenvolver a bomba atômica. Calculavam, ainda, que os soviéticos levariam, no mínimo, de 15 a 20 anos para ter uma marinha moderna. Concluíram, portanto, que a URSS não seria capaz de levar a cabo uma guerra contra os EUA por um período de no mínimo 15 anos. Logo, estava claro que o problema dos EUA não estava na ameaça soviética à Ásia ou à Europa. O problema estava no leste europeu, que passou a ser dominado pela URSS, acabando, portanto, com a possibilidade da formação de um sistema americano global (LaFeber, 1997).

⁸ Segundo LaFeber (1997), no pós-Segunda Guerra Mundial, o conflito havia destruído na URSS cerca de 70.000 vilarejos, deixou 25 milhões de sem-teto e 20 milhões de mortos. Consoante Gaddis, para cada americano que morrera na Segunda Guerra, morrera o equivalente a quinze alemães e 53 russos. Para Hobsbawm, a União Soviética não poderia ser uma ameaça aos EUA, pois todos os governos ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram claramente anticomunistas e estavam decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Além disso, a União Soviética havia desmobilizado suas tropas – sua maior vantagem militar – quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para 3 milhões em fins de 1948. Mais informações ver em Hobsbawm, E. Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

turno, exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista.

Segundo Todd:

“É verdade que o comunismo abarcava por volta de 1950 o coração da Eurásia, da Alemanha Oriental à Coreia do Norte. Mas a América, potência naval e aérea, controlava estrategicamente o resto do planeta, com a benção de uma infinidade de aliados e clientes cuja prioridade era a luta contra o sistema soviético. Foi com a concordância de uma boa parte do mundo que se instalou a hegemonia americana.” (2003, p. 24).

No entanto, por maior que fosse a disparidade de poder entre EUA e URSS, não há como negar que a constituição de um outro pólo de poder, por menor que fosse, representava um impedimento à consolidação da hegemonia estadunidense em nível global. Prova de que os soviéticos tornaram-se realmente um contraponto à projeção global de poder dos EUA está no fato de que Washington respeitava as “áreas de influência” soviéticas: “In brief, the Truman Doctrine challenged neither the existence of the prevailing Soviet satellite system nor the legitimacy of communism within Soviet Russia itself” (Crabb, 1982, p.138).

Além disso, mais do que apenas uma “pedra no sapato” dos Estados Unidos, a União Soviética representava uma alternativa aos sistemas político e econômico norte-americano. Por mais que hoje se conheça as reais condições de vida no mundo soviético, havia todo um simbolismo em torno da existência de um outro modo de vida mais humano e igualitário, distinto da frieza do modelo capitalista individualista, apresentado pelos norte-americanos.

Nesse contexto, em que os EUA viam a URSS como um certo “estorvo” e, ao mesmo tempo, com um pouco de receio e apreensão, surgem, já em fevereiro de 1946, os primeiros esboços da estratégia que passaria a guiar a política externa norte-americana durante todo o conflito bipolar: a Doutrina da Contenção:

“As much as any other single concept, the containment idea expressed in the Truman Doctrine was the integrating principle of American postwar diplomacy toward the Soviet Union, toward Western Europe, toward the Middle East, toward the Third World, and toward almost every other major challenge confronting the United States in foreign affairs.” (Crabb, 1982, p.139).

O diplomata norte-americano, George Kennan, havia enviado - de Moscou - para o governo Truman, um documento diplomático, conhecido como “Longo Telegrama”. Este documento procurava explicar o porquê os soviéticos buscavam ampliar seu poder e salientava que a melhor maneira de fazer frente à URSS era

por meio de forte resistência nos locais onde os soviéticos buscassem a expansão.⁹

Apesar da boa impressão que causou na burocracia governamental, o documento de Kennan não ganhou maior importância e permaneceu “engavetado”. As idéias contidas na mala diplomática só começaram a fazer parte do discurso norte-americano a partir de 1947, em reação à interferência soviética nos assuntos internos da Grécia e da Turquia. (Gaddis & Etzold, 1978).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra apoiara a Grécia e a Turquia, tanto do ponto de vista político como militar. No entanto, entre os anos de 1946 e 1947 o governo inglês informou Washington que não tinha mais condições de continuar apoiando aqueles países.¹⁰ Os EUA, a partir daquele momento, assumem o papel histórico da Inglaterra na região, que era bloquear o avanço russo para o Mediterrâneo. (Kissinger, 1999).

Assim, em março de 1947, discursando ao Congresso norte-americano e influenciado pela idéias de George Kennan,¹¹ o Presidente Harry Truman expôs publicamente, mediante a chamada Doutrina Truman,¹² o compromisso dos Estados Unidos em impedir a expansão do comunismo não só na Grécia e na Turquia, mas impedi-la em qualquer lugar do mundo.

É também em julho do mesmo ano, que o termo “Contenção” surge pela primeira vez no artigo intitulado “The Sources of Soviet Conduct”, publicado na revista *Foreign Affairs*, em julho de 1947, sob o pseudônimo de Sr. X.¹³ Assim,

⁹ Para Gaddis, o “Longo Telegrama” teve um enorme impacto na política externa americana: “Rarely in the course of diplomacy is it given to one individual to express, within the compass of a single document, ideas of such force and persuasion that they immediately change the direction of a nation’s foreign policy. That was the effect, though, of the 8,000 word telegram dispatched from Moscow by Kennan on February 22, 1946.” (Gaddis, 82, p. 19). De acordo com Kissinger, a primeira exposição sistemática da abordagem apresentada por Kennan foi feita através de um memorando do Departamento de Estado, apresentado a um comitê interministerial no dia 1 de Abril de 1946. Este memorando tinha por objetivo traduzir as observações essencialmente filosóficas de Kennan em uma política externa operacional. (1999, p. 486).

¹⁰ Segundo LaFeber, o governo Inglês notificou oficialmente ao governo Truman no dia 21 de Fevereiro de 1947 que não poderia mais apoiar a Grécia e a Turquia, tanto do ponto de vista econômico como militar. (LaFeber, 1997).

¹¹ Em janeiro de 1947, George Marshall torna-se secretário de estado. Marshall traz o diplomata George Kennan de Moscou para chefiar um recém criado grupo de planejamento político na Casa Branca (Cohen, 1993, p. 36).

¹² Esse discurso, embora conhecido como a apresentação da “Doutrina Truman”, representou o lançamento oficial da Doutrina da Contenção. Posteriormente, a “Doutrina Truman” passou a receber o nome de Doutrina da Contenção.

¹³ Kennan aprimorou as idéias contidas no Longo Telegrama e as lançou em julho de 1947 no artigo que é considerado o documento fundador da Doutrina da Contenção, embora a elaboração intelectual de toda doutrina não se limite somente a ele. Segundo Gaddis, embora em julho de 1947 o termo tenha sido apresentado ao mundo pela primeira vez, Kennan já havia utilizado o

embora já simbolizados pelo discurso de Truman em Março, os princípios e os objetivos da nova grande estratégia de segurança norte-americana encontraram sua elaboração mais bem acabada na publicação do artigo de George Kennan, diplomata do Departamento de Estado norte-americano. Segundo LaFeber (1997), a partir daquele momento, “contenção” havia se tornado o termo mágico da política externa norte-americana.

É, portanto, a partir de 1947, com o discurso de Truman e o lançamento de “Sources”, que a Doutrina da Contenção caminhava para se tornar o guia e o referencial central para a política externa dos EUA entre os anos de 1947 a 1989:

14

“Na presidência Truman (1945 a 1953), podemos considerar que foram lançados os princípios clássicos da contenção, definindo-se a maneira como a Guerra Fria ia ser desenvolvida, havendo grande consenso quanto a métodos, formas de ação e valores associados ao internacionalismo norte-americano.” (Pecequillo, 2003, p.169).

Nesse sentido, os primeiros passos concretos foram tomados em seguida. No campo econômico, anunciou-se o Plano Marshall (1947), com os EUA fornecendo 14 bilhões de dólares entre 1948 e 1952 para a recuperação econômica européia.¹⁵ No que tange ao aspecto militar, em 1949, os EUA forjaram a Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com os países europeus, com o propósito de desestimular qualquer investida soviética sobre a Europa Ocidental.

Não obstante, a Doutrina da Contenção só tornou-se de fato uma estratégia de Estado para a política externa norte-americana a partir da formulação do NSC-

termo contenção antes de julho de 1947, dirigindo-se a uma platéia no Departamento de Estado em Setembro de 1946. (1982, p.4).

¹⁴ Embora essas datas sejam consideradas como o início da Doutrina da Contenção e o fim da Guerra Fria, respectivamente, é importante lembrar que há autores que apontam outras datas para registrar esses fatos históricos. Na visão de Gaddis, por exemplo, a política de contenção já estava na mente do governo dos EUA desde 1941, entretanto, havia uma dificuldade em conciliar a preocupação com a URSS de mais longo prazo com o imperativo de derrotar as potências do eixo. (Gaddis, 1982, p.4). Há também, autores que consideram 1991 como o ano que simboliza o fim da Guerra Fria, caracterizado pelo desmantelamento da União Soviética. Outros apontam o fim da Guerra Fria após a subida de Gorbachev ao poder (1985). Há, ainda, autores como Hobsbawn, que afirmam que, em termos práticos, a Guerra Fria terminou já nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987).

¹⁵ Segundo LaFeber (1997), as exportações dos EUA, que estavam ajudando na reconstrução da Europa, estavam ameaçadas, visto que a estagnação dos países europeus refletia-se na falta de dólares para o pagamento das importações de produtos norte-americanos. Portanto, ou os EUA concediam créditos aos europeus, ou a Europa ficaria incapacitada de comprar bens norte-

68¹⁶ - documento elaborado no início de 1950, a pedido do Presidente Harry Truman. Apesar de ser considerado como o documento que enfatizou o aspecto militar da Contenção, o NSC-68 representou muito mais do que isso.

Assim, além de haver retomado as prioridades e os objetivos originalmente expressos em “Sources”, este documento completou a estrutura filosófica da Doutrina da Contenção e constituiu-se definitivamente como o guia orientador da política externa norte-americana para o período da Guerra Fria: “...o documento do Conselho de Segurança Nacional, NSC-68, redigido em abril de 1950, devia ser a posição americana oficial em estratégia da Guerra Fria.” (Kissinger, 1999, p.500).

Formulado sob um contexto internacional bastante diferente àquele de 1947, o NSC-68 tinha por objetivo fornecer uma estratégia aos EUA num momento em que a impressão era a de que o “gap” de poder entre norte-americanos e soviéticos estava diminuindo. Embora sob qualquer ponto de vista, o poder dos EUA permanecesse muito superior, a posição soviética era nitidamente superior àquela de três anos atrás.

Nesse sentido, entre 1947 e 1950, a União Soviética empreendeu uma política externa mais ofensiva. Logo, episódios como a implantação do comunismo na Tchecoslováquia por meio de golpe de Estado (1948), a formação pela URSS do Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON -1949), o bloqueio de Berlim (1948), e, sobretudo, a obtenção da bomba atômica em 1949 foram uma demonstração de força da União Soviética. Além disso, a eclosão da revolução comunista na China em 1949 acendeu o alerta em Washington.¹⁷

americanos. Portanto, o Plano Marshall não só ajudou na “contenção” do comunismo, mas era fundamental para evitar que o colapso econômico dos EUA.

¹⁶ A formulação do NSC-68 foi coordenada por Paul Nitze, que havia assumido o lugar de Kennan na coordenação do Grupo de Planejamento Político no fim de 1949. Pressionado pelas críticas domésticas e pela obtenção soviética da bomba atômica, no início de 1950, Truman pede uma reavaliação das estratégias dos EUA para a Guerra Fria. Truman examina o documento (NSC-68) em Abril, e o implementa após o início da Guerra na Coreia. (LaFeber, 1997, p. 68 e 95). Como informa o próprio NSC-68, vale ressaltar que, formalmente, os princípios e os objetivos da Contenção já haviam sido expressos anteriormente no NSC -20/4, aprovado em Novembro de 1948. No entanto, o NSC-68, além de incorporar as questões do NSC-20/4, é um documento mais bem elaborado e é considerado como sendo aquele que representa a adoção formal da estratégia da Contenção pelo governo Truman.

¹⁷ Lafeber ressalta a visão míope dos EUA sobre o comunismo chinês. O autor afirma que, diferentemente do que muitos americanos pensavam, a URSS preferia uma China dividida, que não viesse a ameaçar o poder soviético na região. Stalin não queria uma China sob o comando de Mao Zedong, pois temia que este pudesse desafiar a União Soviética dentro do mundo comunista (1997, p.32-3). Morgenthau também criticava o governo Truman por não diferenciar o comunismo

De todas as ações e conquistas soviéticas, certamente a que causou maior impacto foi a aquisição da bomba atômica em 1949. Segundo Morgenthau, nem as estimativas oficiais mais conservadoras dos EUA esperavam que a União Soviética conseguisse explodir uma bomba atômica antes de 1952. Com efeito, após a obtenção da bomba atômica por Moscou, a União Soviética havia alçado a categoria de *peer competitor*: “...Russian possession of the atomic bomb constitutes a decisive change in the world balance of power.” (1951, p.177).

Na visão deste autor realista, após a produção da bomba atômica pela União Soviética, diminuiu o espectro de estratégias a serem adotadas pelos Estados Unidos. A seu ver, restavam apenas duas opções estratégicas aos norte-americanos: um acordo negociado com a URSS ou a guerra.¹⁸ Esta última alternativa, porém, não era mais possível, uma vez que as armas nucleares haviam tornado as guerras um instrumento de destruição universal. (Morgenthau, 1951).

De fato, a partir de 1949, os Estados Unidos não tinham outra opção além da Doutrina da Contenção. Na verdade até tinham, no entanto, os americanos não estavam dispostos a enfrentar as conseqüências caso preferissem seguir outros caminhos. Desse modo, embora a guerra não fosse uma hipótese descartável, os princípios de prudência e equilíbrio de poder constituíram a melhor forma de manter a estabilidade da ordem mundial e evitar o confronto direto entre EUA e URSS.

Em 1950, sob o título de “Possíveis Cursos de Ação”, o NSC-68 apresenta as diferentes estratégias que Washington podia empreender contra Moscou. Além da estratégia escolhida, a Contenção, o documento também aventou a possibilidade de os EUA optarem por uma política externa de isolamento do sistema internacional, o que foi um caminho prontamente descartado.

O NSC-68 desconsiderou também a guerra como um instrumento de política. Segundo o documento, após a obtenção de armas nucleares pela URSS, essas armas passaram a funcionar apenas como elemento dissuasivo, ou seja,

no leste europeu do comunismo asiático. O autor diferencia o que ele chama de “falsas revoluções” das “revoluções genuínas”. Para Morgenthau, as primeiras são apenas fruto da intervenção soviética e ocorrem no leste europeu; já as segundas ocorrem na Ásia (o autor refere-se, na verdade, ao comunismo chinês) e não têm nada a ver com imperialismo soviético. (1951, p. 78-81).

¹⁸ Na opinião de Morgenthau (1951), porém, os EUA deveriam negociar com os soviéticos somente a partir de uma posição de força, ou seja, os norte-americanos deveriam fortalecer-se

como armas defensivas. Para Hobsbawn (1999), isso não era nenhuma surpresa, visto que após a obtenção soviética de armas nucleares (1949), uma guerra entre Washington e Moscou equivaleria a um pacto suicida. A dissuasão nuclear, por sua vez, levou os EUA a rejeitarem qualquer possibilidade de o país realizar uma guerra preventiva:

“ The possession of atomic weapons at each of the opposite poles of power [...] puts a premium on a surprise attack against us. It equally puts a premium on a more violent and ruthless prosecution of its design by cold war, especially if the Kremlin is sufficiently objective to realize the improbability of our prosecuting a preventive war.” (NSC-68, 1950, p. 27).

A única estratégia possível, segundo o NSC-68, seria a Contenção:

“With the development of increasingly terrifying weapons of mass destruction, every individual faces the ever-present possibility of annihilation [...] For us the role of military power is to serve the national purpose by deterring an attack upon us.” (1950, p. 3 e 8).

Não poderia ser diferente. O domínio da bomba atômica pela União Soviética alterava o equilíbrio de poder, pois dava ao país um alto poder de destruição, mesmo tendo um poder militar inferior ao norte-americano: “Avoiding war, deterring an enemy strike, rather than fighting became the mission of Soviet and American strategic forces.” (Cohen, 1993, p. 255).

Assim, a partir de 1949, a Doutrina da Contenção tornou-se definitivamente o guia das ações norte-americanas na seara internacional. A Contenção, por sua vez, não foi somente a estratégia da política externa do governo Truman. Era uma estratégia de Estado. A partir de seu governo, a Contenção passaria a orientar a política externa de todos os presidentes dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria. Como salienta Ikenberry:

“The doctrine of containment that emerged was the core concept that gave clarity and purpose to several decades of American foreign policy. In the decades that followed, sprawling bureaucratic and military organizations were built on the containment orientation. The bipolar division of the world, nuclear weapons of growing size and sophistication, the ongoing clash of two expansive ideologies – all these circumstances gave life to and reinforced the centrality of the ‘containment order’.”(2000, p. 280)

Com efeito, após a formulação e implementação da estratégia da Contenção pela administração Truman, a mesma tornou-se um consenso entre democratas e

militarmente antes de negociar com a URSS. Caso contrário, seria uma política de “apaziguamento.”

republicanos. As divergências giravam em torno de sua execução, mas ninguém contestava a doutrina em si. Aqueles que a contestaram, acabaram marginalizados. (Gaddis, 2001).

Em resumo, a emergência soviética como contraponto aos Estados Unidos, deu início ao confronto bipolar. A partir da obtenção de armas nucleares, a União Soviética deixou de ser um simples obstáculo à projeção de poder norte-americano, firmando-se como potência capaz de ameaçar a segurança estadunidense. Assim, embora já presente no discurso do governo norte-americano desde 1947, é somente a partir de 1950 que a Doutrina da Contenção tornou-se, definitivamente, a estratégia orientadora da política externa norte-americana ao longo da Guerra Fria.

2.3.

Doutrina da Contenção: A Grande Estratégia da Política Externa Norte-Americana no Contexto Bipolar

Como já foi dito, a Contenção proporcionou amplo modelo intelectual para a condução de uma política externa multilateral contra o comunismo soviético. Assim, durante a contenda bipolar, o objetivo precípuo da política externa norte-americana foi impedir o avanço do “inimigo soviético” - seja do ponto de vista político, militar, econômico ou ideológico - sobre as áreas de influência ocidental ou sobre regiões cuja situação ainda não estava definida.¹⁹

Por menor que fosse o poderio militar convencional da URSS, a posse de armas nucleares “dissuadia” os Estados Unidos de tentar qualquer ofensiva bélica contra Moscou, ou avançar sobre as áreas de influência soviéticas já estabelecidas: “..under containment the United States did not attempt to “dismantle” the Iron Curtain or to liquidate the Soviet satellite regime in Eastern Europe.” (Crabb, 1982, p.151).

19 Segundo Kennan, os EUA deveriam conter os soviéticos em todos lugares: “..the United States entering with reasonable confidence upon a policy of firm containment, designed to confront the Russians with unalterable counter-force at every point where they show signs of encroaching upon the interests of a peaceful and stable world.” (Kennan, 1947, p.121). Numa passagem do NSC-68, os EUA afirmam seu desejo de não só conter os soviéticos, mas fazê-los recuar: “..it is clear that a substantial and rapid building up of strength in the free world is necessary to support a firm policy intended to check and to roll back the Kremlin's drive for world domination.” (NSC-68, 1950, p. 43).

Segundo a professora Maria Regina Soares de Lima (2003), era justamente pelo fato de ambas potências terem buscado o equilíbrio nuclear, que o sistema bipolar manteve-se estável. Para a mesma, a estabilidade foi mantida na Guerra Fria devido à dissuasão nuclear, pois a certeza de destruição mútua entre as duas superpotências tornava a guerra uma irracionalidade.

Do início da Guerra Fria até o dia em que o Muro de Berlim caiu, quase meio século se passou. Durante esse período, o conflito bipolar passou por diferentes momentos. Como toda ordem internacional, a da Guerra Fria passou por épocas de formação, auge, evolução e declínio.

Dessa forma, de 1947 a 1989, a estratégia da Contenção passou por distintas combinações de táticas militares, políticas e econômicas para “derrotar” a União Soviética. Houve igualmente, dentro da estratégia da contenção, variações nas prioridades inicialmente estabelecidas pela política externa estadunidense, apresentando, portanto, diferentes fases: a Confrontação (1947 a 1962), a Coexistência (1963 a 1969), a Détente (1969 a 1979), a Confrontação Renovada (1979 a 1985) e a Retomada do Diálogo (1985 a 1989) (Pecequilo, 2003, p. 163).

As diferentes fases e formas de operacionalizar a doutrina, por sua vez, em nada alteravam o objetivo precípuo da política externa dos Estados Unidos, que era “derrotar” o inimigo soviético e, assim, consolidar sua primazia.²⁰ Como salienta Pecequilo:

“...a contenção foi o guia e o referencial central para a política externa norte-americana, consistindo sua grande estratégia durante toda a Guerra Fria. A contenção e as prioridades e ações a ela associadas definem o padrão contemporâneo das relações internacionais norte-americanas.” (Pecequilo, 2003, p.142).

Assim, nos anos 1950, já se afigurou uma abertura geográfica maior nos embates da Guerra Fria. Ainda no governo Truman, e pela primeira vez no contexto bipolar, a estratégia da Contenção foi empreendida fora do continente europeu. Os Estados Unidos enviaram tropas para conter a expansão dos comunistas norte-coreanos sobre a parte sul capitalista da península coreana.²¹ A

²⁰ Como salienta Hobsbawn (1999), a verdadeira questão da Guerra Fria era menos a ameaça de dominação mundial comunista, do que o desejo dos Estados Unidos em manter sua supremacia.

²¹ Dessa forma, a despeito da retórica universalista de proteção a todos os “povos livres” já adotada na Doutrina Truman (1947), foi somente a partir da guerra na península coreana que os EUA intervieram diretamente fora da Europa com vistas a impedir o avanço soviético.

contenção direta dos EUA, contudo, não teve contrapartida soviética, pois esta participou indiretamente do conflito, fornecendo armas aos coreanos e chineses.

A despeito das disputas sobre espaços de poder ainda não consolidados, na década de 1950, as relações entre as duas superpotências se caracterizaram por um contexto de relativa estabilidade formal. O chamado equilíbrio do terror, ou o interesse recíproco dos dois adversários em evitar um conflito nuclear, impedia a política externa norte-americana de levar adiante ações ofensivas contra zonas de influência soviéticas já estabelecidas.²² (Kennedy, 1991).

Nesse sentido, o *modus operandi* da Doutrina da Contenção no governo Eisenhower pouco mudou em relação à administração Truman. Assim como este, Eisenhower abusou da retórica e comprometeu-se a defender “os interesses vitais” dos Estados Unidos em “todos os continentes” (Kissinger, 1997). Seu secretário de Estado, John Foster Dulles, o qual fazia questão de enfatizar a diplomacia do *brinkmanship*,²³ ameaçava recorrer à “retaliação maciça” contra eventuais ataques da União Soviética. (LaFeber, 1997).

Traço marcante ao longo da Guerra Fria, o uso do discurso exaltado pelos governantes estadunidenses era utilizado para angariar apoio da opinião pública norte-americana à estratégia da Contenção. Discursos à parte, a verdade é que, na prática, a administração republicana deu prosseguimento à política de pactos regionais, iniciadas pelo governo anterior.²⁴

A operacionalização da Doutrina da Contenção no governo Eisenhower ocorreu mediante a firmação de tratados cujo objetivo era o de defender os países contratantes contra a agressão externa. Na verdade, o traço distintivo da Contenção no governo do general Eisenhower estava relacionado à geografia e não à substância da estratégia. Além dos teatros tradicionais de atuação da política externa norte-americana - como a Europa e o Leste Asiático – o Presidente

²² Para se ter uma idéia, por volta de outubro de 1953, o Conselho de Segurança Nacional estadunidense reconheceu que os satélites soviéticos só “poderiam ser liberados em função de conflito generalizado ou pelos próprios russos”. Esta norma de conduta ficaria explícita em crises ulteriores. (Azeredo, 2000).

²³ A diplomacia do *brinkmanship* queria deixar patente a disposição dos EUA de ir até as últimas conseqüências para conter as iniciativas soviéticas.

²⁴ No governo Truman, os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, e firmaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 com os países da América Latina.

Eisenhower expandiu a área de atuação da Contenção para o Oriente Médio e para o Sudeste Asiático.²⁵

Assim, apesar de ser conhecida por muitos como Doutrina Eisenhower, esta foi apenas a extensão da estratégia da Contenção para o oriente médio, mediante a combinação de assistência militar, ajuda econômica e proteção contra agressões soviéticas. No mais, o confronto entre as superpotências permanecia o mesmo, com ambas respeitando suas zonas de influência. (Kissinger, 1999).

Prova disso está no fato de que, apesar dos discursos exaltados do Secretário de Estado Dulles, o governo Eisenhower nada fez quando os soviéticos sufocaram um levante operário na Alemanha Oriental em 1953. Os EUA tampouco agiram para conter a repressão sangrenta feita pelo Pacto de Varsóvia sobre a revolução húngara em 1956. Como salienta Kissinger (1999), após a Rebelião Húngara, deveria estar claro que o Ocidente não desafiaria militarmente as esferas de influência que se iam impondo.

Na verdade, a chamada “coexistência pacífica” entre os blocos comunista e ocidental, que muitos autores afirmam ter vigorado após a ascensão de Nikita Krushev ao poder em 1953, não significou de forma alguma o abandono da Doutrina da Contenção pelos Estados Unidos. Pelo contrário, o fato de a URSS ter detonado sua bomba de hidrogênio em 1953 e haver conseguido colocar em órbita um satélite (*Sputinik*) em outubro de 1957, abalou a segurança que os Estados Unidos tinham acerca de sua relativa supremacia tecnológica. Por isso, durante o governo do general Eisenhower, os EUA procuraram conter os soviéticos não só via os tratados supracitados, mas também, mediante a elevação de gastos em armas estratégicas. (LaFeber, 1997).

Na década de 1960, os Estados Unidos passaram por momentos cruciais na história do confronto bipolar. A retórica da “nova fronteira” de Kennedy, que salientava a disposição dos EUA em conterem o comunismo soviético no terceiro mundo, foi surpreendida pela revolução cubana em fins dos anos 1950. Com

²⁵ O Presidente Eisenhower havia se dado conta da necessidade de os Estados Unidos impedirem o avanço soviético sobre uma região tão estratégica como o oriente médio. Por isso, Washington estabeleceu juntamente com Reino Unido, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão, o Pacto de Bagdá (1955). Em 1954, para justificar o interesse na Indochina, Eisenhower invocou a teoria dos dominós. Assim, em 1954, os EUA forjaram a SEATO, incluindo os países da Oceania, além do Reino Unido, França, Filipinas, Paquistão e Tailândia. A administração Eisenhower, ademais, assinou pactos de defesa bilaterais com Filipinas, Taiwan e Coréia do Sul. (Hilton, 1967).

efeito, o surgimento de um regime comunista no “quintal” dos Estados Unidos e a instalação de mísseis soviéticos na ilha cubana levou a um dos momentos mais delicados da Guerra Fria.

Nesse contexto, ao levante comunista, os norte-americanos responderam com a malfadada tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961. Nesse caso, o experimento da Contenção se deu forma indireta, por meio de força expedicionária cubana, treinada pela CIA. Já à ousadia soviética de instalar mísseis na área de influência norte-americana, os EUA responderam com um bloqueio naval direto aos navios soviéticos, levando à retirada dos mísseis pela União Soviética.²⁶

Os norte-americanos, por sua vez, não tiveram a audácia de intervir diretamente nas áreas de poder soviéticas. Por isso, a reação de Washington à repressão da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia em 1968, conhecida como a “primavera de Praga”, ficou no nível da retórica. A percepção dos EUA em relação ao Vietnã, entretanto, seria diferente.

Conter o avanço comunista na Indochina era visto pelos Estados Unidos como fundamental para impedir que todo o Sudeste Asiático caísse em mãos comunistas. Nesse sentido, desde a administração Eisenhower, os Estados Unidos já forneciam ajuda ao Vietnã do Sul. Mas é partir de governo de Lyndon Johnson que os EUA entraram pesado na Guerra do Vietnã. Para se ter uma idéia, quando Kennedy assume em 1961, o efetivo militar norte-americano era cerca de 900 soldados, em 1969, o número de soldados já chegava a 543 mil. (Kissinger, 1999).

Mesmo assim, os Estados Unidos não foram capazes de conter o comunismo na Indochina. Assim, pela primeira vez, a estratégia da Contenção fracassou no “atoleiro” do Vietnã. Na verdade, a derrota dos EUA para um pequeno país como o Vietnã (1973), e a posterior vitória dos comunistas em toda a Indochina em 1975, afetaram a credibilidade do país ante os adversários soviéticos e enfraqueceram a liderança estadunidense sobre o bloco ocidental: “O Vietnã, enfim, foi o sinal de que estava mais do que na hora de reavaliar o papel dos EUA no mundo em desenvolvimento, e de encontrar algum terreno sustentável entre o retraimento e a superextensão.” (Kissinger, 1999, p. 767).

²⁶ Embora tenha sido levado ao conhecimento do público apenas seis anos depois, os EUA também tiveram que ceder e retiraram seus mísseis de alcance intermediário instalados na Turquia. (LaFeber, 1997).

Na verdade, nos anos 70, os Estados Unidos entraram em um crescente - e inédito desde 1945 – processo de perda de terreno econômico. No campo econômico, a participação do país na produção mundial declinava rapidamente, e, favorecido pelo excesso de consumo, pela ausência de poupança e pelo peso dos compromissos estratégicos, o endividamento interno do país também aumentava aceleradamente.

Além disso, também foi nos anos 1970 que a União Soviética emergira como um poder global. Os soviéticos haviam atingido a paridade estratégica com os americanos, continuavam ampliando seu potencial militar e expandiram sua influência sobre o Terceiro Mundo, ampliando suas fronteiras de atuação. (Ryan, 2000; Cohen, 1993; Kissinger, 1999, LaFeber, 1997).

Na realidade, a perda de poder relativo dos EUA já estava em curso desde o final da década de 1960. Segundo a tese de Paul Kennedy, os Estados Unidos, como outras potências antes deles, haviam alcançado o limite de sua expansão e reforma e, no futuro, só lhes restaria decair ante o avanço de outras nações. Tanto os EUA como a URSS estavam sofrendo do mesmo problema: a superextensão imperial. (Kennedy, 1991).

Nesse contexto, tendo em vista o esgotamento tanto soviético como norte-americano, a administração Nixon via na tática da *détente*²⁷ uma forma de atender aos propósitos americanos. O Presidente Nixon e seus assessores acreditavam que o tempo trabalhava pelas democracias, pois um período de paz sem expansão aumentaria as forças centrífugas dentro do comunismo. (Kissinger, 1999).

A aproximação dos EUA em relação à URSS significou, todavia, o reconhecimento formal pelos norte-americanos do *status* de potência do mesmo nível, adquirido pelos soviéticos. A assinatura do Tratado ABM (1972), ademais, representou, na verdade, restrições às vantagens tecnológicas desfrutadas pelos EUA. (Cohen, 1993).

De todo modo, pode-se dizer que, sob as circunstâncias desfavoráveis em que se encontravam os EUA, a *détente* significou a melhor maneira de combater os soviéticos. Esta política propunha-se a ganhar tempo para os EUA reconquistarem seu poder ante a URSS, não havendo a abdicação da tarefa de

²⁷ A *détente* caracterizou-se por uma política de maior aproximação com vistas a diminuir a corrida armamentista.

derrotá-lo. Logo, apesar da tática distinta, a estratégia da diplomacia estadunidense permanecia sendo a Doutrina da Contenção.

Assim, mediante a chamada diplomacia triangular, os Estados Unidos aproximam-se da China com vistas a conter o expansionismo soviético. Como lembra Kissinger (1999), Richard Nixon foi o presidente americano que se alinhou aos argumentos de Theodore Roosevelt e adotou a visão pragmática do equilíbrio de poder. Logo, o reatamento das relações com a China enquadra-se dentro da lógica sistêmica da Guerra Fria. A China foi, portanto, o terceiro vértice do equilíbrio de poder triangular que se formou a partir da rivalidade entre EUA e URSS ao longo da Guerra Fria.

Nesse sentido, em fevereiro de 1972, ambos países assinaram o Comunicado de Xangai, o qual enviava um recado claro aos soviéticos: EUA e China deteriam tentativas de qualquer outro país, leia-se URSS, tentar estabelecer uma hegemonia sobre a Ásia. Em 1973, o entendimento entre chineses e americanos tornou-se mais explícito e global: ambos países comprometiam-se a “reagir conjuntamente” à tentativa de qualquer país estabelecer uma dominação “mundial”. (Kissinger, 1999).

Não obstante, nem mesmo a tática de conter a União Soviética mediante aproximação com a China foi capaz de reverter o declínio relativo dos EUA ao longo da década de 70. A verdade é que toda a década de 1970 foi marcada por uma série de acontecimentos que representou a perda de espaço e de prestígio do poder norte-americano frente ao avanço dos soviéticos sobre o Terceiro Mundo.²⁸ Segundo Pecequillo, “os Estados Unidos chegaram ao final dos anos 70 exatamente no mesmo ponto em que estavam no seu início: perdendo poder e espaço para os comunistas e mergulhados em uma onda generalizada de pessimismo e mal-estar nacional.” (2003, p. 200).

A URSS, por sua vez, aproveitou o declínio do poder norte-americano para expandir sua presença sobre a periferia do sistema internacional. Nesse sentido, ao

²⁸ A situação agravara-se para os EUA e, particularmente, para o governo Carter, após a crise envolvendo os 52 norte-americanos que foram feitos reféns na embaixada dos Estados Unidos no Irã, e a malfadada tentativa de resgate por parte dos EUA. Referindo-se ao governo Carter, Fiori afirma que seu governo representou: “..os quatro anos mais desastrosos da liderança mundial dos Estados Unidos. Com ele abriram-se as portas para a restauração conservadora de Ronald Reagan, cuja política externa econômica e militar voltou ao radicalismo da Guerra Fria [...] foi a grande responsável pela retomada americana dos anos oitenta.”(Fiori, 1997, p.113).

mesmo tempo em que a União Soviética invadia o Afeganistão (1979) e o comunismo espalhava-se em meio às guerras civis de países africanos como Angola e Etiópia (1975), os EUA perdiam um grande aliado no Oriente Médio, com a queda de Pahlevi e a ascensão do regime fundamentalista e antiamericano de Aiatolá Khomeini no Irã. Assim, embora a área de influência norte-americana ainda fosse muito superior à soviética, não havia dúvida de que Moscou havia aumentado seu poder nos anos 70. (Kissinger, 1999). Como salienta LaFeber:

“In the old Cold War Americans had enjoyed superior nuclear force, an unchallenged economy, strong alliances, and a trusted Imperial President to direct this incredible power against the Soviets. In the new Cold War, however, Russian forces achieved nuclear equality [...] U.S. power to contain and manage that Soviet power in the post-1960s world had dwindled (1997, p. 283).

É, pois, diante desse contexto que Reagan vencera a eleição de 1980 e prometera recuperar o lugar de fato e de direito dos Estados Unidos no mundo. Ou nas palavras de LaFeber (1997), Reagan tentou “trazer de volta os dias mais felizes da Guerra Fria”. Assim, liderando um país cansado de recuar, Reagan justificou a resistência à expansão soviética através de um estilo de confronto proposital.

Com efeito, conter o “império do mal” era o principal objetivo da política externa da administração Reagan. Igualmente a outros presidentes estadunidenses, Reagan abusou da retórica contra o “perigo soviético”. Mediante este discurso, Washington foi capaz de resgatar novamente o apoio da população norte-americana à Doutrina da Contenção. Como assevera Kissinger (1999), a retórica de Reagan havia marcado o fim formal do período de *détente*.

Assim, Ronald Reagan foi o presidente que recuperou os fundamentos clássicos da Contenção e trouxe novamente o confronto bipolar ao centro da política externa norte-americana. Como salienta Crabb:

“No postwar American foreign policy principle [...] outranks the Truman Doctrine in terms of its impact upon the diplomacy of the United States. Despite some evidence that containment had been abandoned as the foundation stone of the nations’ foreign policy after the Vietnam War, the election of Ronald Reagan to the White House in 1980 was a forceful reminder that the American people remained as concerned about soviet expansionism abroad as ever; and they were no less insistent that their leader continue to oppose it.” (1982, p.139).

Realmente, ao trazer a Contenção de volta ao epicentro da diplomacia norte-

americana, o Presidente Reagan forneceu ajuda a todos aqueles que estivessem dispostos a combater os soviéticos em seus países. Assim, as diversificadas ações de Washington compreenderam desde o apoio financeiro ao grupo UNITA na Angola, até o fornecimento de armas aos *mujahedin* no Afeganistão.

Essa tática, que evitava a intervenção direta militar dos EUA nos territórios “sob intervenção soviética”, veio a ser conhecida como Doutrina Reagan. Empregando uma estratégia que levava seu nome, o chefe da Casa Branca queria evitar o envolvimento dos EUA em outro longo conflito, pois o fantasma do Vietnã ainda rondava a América. (Ryan, 2000).

Como ressaltado anteriormente, assim como as doutrinas que por ventura receberam outros nomes ao longo de diferentes administrações norte-americanas no período da Guerra Fria, a Doutrina Reagan era apenas mais forma particular de operacionalizar a Doutrina da Contenção. Esta, permaneceu sendo o referencial da política externa norte-americana durante todo o contexto bipolar. As distintas maneiras de se alcançar o objetivo da política externa dos EUA - conter o “inimigo soviético” – em nada alteravam a estratégia em si. Como salienta o próprio governo dos Estados Unidos, a Contenção era uma doutrina de Estado:

“ While it is commonplace to hear that U.S. National Security Strategy changes erratically every four to eight years [...] in reality there is a remarkable consistency over time when our policies are viewed in historical perspective. The core interests and objectives of this Nation have changed little since World War II [...] since 1945, we have sought to prevent the Soviet Union from capitalizing on its geostrategic advantage to dominate its neighbors in Western Europe, Asia, and the Middle East, and thereby fundamentally alter the global balance of power to our disadvantage. The national strategy to achieve this objective has been containment [...] the national security objective of successive U.S. administrations, though the manner of their implementation has varied” (NSS, 1988, p.1)

Não obstante, apesar de Ronald Reagan ter sido um dos presidentes que mais ênfase concedeu à estratégia da Contenção, foi justamente em seu governo que a mesma deixou de ser o guia orientador da política externa dos Estados Unidos. O renascimento da Guerra Fria no primeiro mandato de Reagan (1981-84), cedeu espaço a maior aproximação entre Washington e Moscou a partir de 1985.

Assim como previra o “pai” do conceito da Contenção, George Kennan, no final dos anos 80, a União Soviética definhava e caminhava para o seu

desmembramento. Por uma série de razões,²⁹ uma das potências já não tinha mais condições de continuar a contenda bipolar. Assim, o chefe da Casa Branca não teria mais uma ameaça ideológica e geopolítica única para enfrentar. A Doutrina da Contenção, portanto, deixava de ser o guia orientador da política externa norte-americana. No mundo pós-Guerra Fria, os Estados Unidos necessitavam de um novo referencial.

Em suma, há um consenso de que a Doutrina da Contenção foi o referencial que guiou a inserção dos Estados Unidos no cenário internacional durante todo o período da Guerra Fria. Assim, a direção geral da diplomacia americana foi notavelmente perspicaz e permaneceu coerente ao longo de mudanças de governo e de um leque incrivelmente variado de personalidades que passaram pela Casa Branca. Os oito presidentes que passaram pela Casa Branca ao longo da contenda bipolar não alteraram a Doutrina da Contenção, mudaram apenas a maneira de pô-la em prática. Ao final do governo Reagan, por sua vez, a Contenção já não seria mais um guia útil à política externa estadunidense. Com o fim da bipolaridade, os Estados Unidos necessitavam de um novo referencial.

2.4. A Outra Face da Contenção

Como foi dito, a Contenção afigurou-se como estratégia orientadora da política externa dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria. Até porque, após obtenção de armas nucleares pela União Soviética (1949), os EUA não tinham muitas “cartas na manga” razoáveis para empregar. E era justamente pelo fato de ambas potências possuírem armas nucleares que a Doutrina da Contenção tornava-se uma estratégia defensiva. (Lima, 2003).

Em contrapartida, como a própria professora Lima salienta, a Contenção foi uma estratégia defensiva em relação à União Soviética, na medida em que a

29 Autores recorrem as mais variadas justificativas para explicar o Fim da Guerra Fria. Há autores que enfatizam a incapacidade soviética de acompanhar o build-up militar empreendido por Reagan. Outros sustentam que o declínio soviético deve-se fundamentalmente à estagnação econômica ao longo dos 22 anos em que Brejnev esteve no poder (1964-82). Muitos asseveram, ainda, que o principal fator da decadência soviética deveu-se as malfadadas políticas reformistas (glasnost e perestroika) feitas por Gorbachev, que acabaram “destruindo” a economia do país. Há também aqueles que afirmam que a Guerra Fria só acabou devido à política de aproximação dos EUA empreendida por Gorbachev. Por fim, há autores que sustentam que foi a combinação de todos esses fatores que levaram ao fim da Guerra Fria.

dissuasão nuclear desestimulava qualquer ação ofensiva por parte de ambas as potências. O que não significa dizer que, durante a Guerra Fria, a Doutrina da Contenção não tenha servido aos interesses norte-americanos. Nesse contexto, cumpre salientar um ponto fundamental para se compreender a inserção dos EUA no sistema internacional durante o confronto bipolar.

Como já mencionado, a “cortina de ferro soviética” representou um obstáculo real à expansão global dos EUA. Estes, por sua vez, embora não contestassem as zonas já controladas pela URSS, souberam utilizar a Doutrina da Contenção para consolidar sua hegemonia dentro da esfera ocidental. Nesse sentido, dentro do campo de influência norte-americano, é preciso distinguir o tratamento outorgado pelos EUA às potências ocidentais - os chamados países aliados – daquele dispensado à periferia do ocidente.³⁰

No que se refere às potências ocidentais, a disputa bipolar ajudou no estreitamento das relações entre os EUA e as potências européias, bem como na relação com o Japão. Esses países, chamados de aliados, eram considerados fundamentais na contenção à União Soviética. Para o governo norte-americano, os EUA não podiam, em hipótese alguma, deixar que esses centros de capacidade militar e industrial da Europa e da Ásia fossem conquistados pelo inimigo soviético. (NSC-68, 1950).

Por isso, a política externa norte-americana procurou fortalecer os laços com essas potências, sempre enfatizando o perigo soviético com vistas a legitimar a hegemonia norte-americana no campo ocidental. Em contrapartida, tendo em vista a opção representada pela URSS, os países aliados aceitaram a hegemonia de Washington em troca da proteção fornecida pelo poderio militar estadunidense. Destarte, a abordagem da política externa norte-americana em relação às potências ocidentais foi de cooperação, uma vez que esses países tinham um papel estratégico na implementação da Doutrina da Contenção.³¹

³⁰ Aqui a palavra “ocidental” deve ser entendida como se referindo a todos aqueles países que, se não estavam ao lado dos EUA na Guerra Fria, ou pelo menos não faziam parte da esfera de influência soviética. Nesse sentido, entre as potências aliadas ocidentais, deve-se considerar o Japão. E no que concerne à periferia ocidental, deve-se levar em conta os países do hemisfério oriental que não faziam parte dos satélites comunistas, ou que eram países capitalistas, mas se encontravam em posição de neutralidade em relação a ambas superpotências.

³¹ Segundo Mastanduno (1997), em função do confronto bipolar, os EUA tiveram que deixar seu nacionalismo econômico de lado e pôr em prática medidas comerciais que favoreciam as potências aliadas: “In the interest of strengthening the coalition balancing the Soviet Union, U.S officials

Já em relação aos países periféricos do sistema internacional ocidental, os Estados Unidos puseram em prática o lado menos conhecido da Contenção. Assim, os EUA recorreram à retórica da “guerra contra o comunismo” para justificar intervenções militares unilaterais em países da periferia sob influência americana ou cuja situação ainda estivesse indefinida. Nesse contexto, a estratégia da Contenção não foi nada de defensiva. Pelo contrário, foi altamente ofensiva. Como salienta o professor Guimarães:

“Na Guerra Fria, a democracia encontrou à partida o obstáculo soviético. Mas logo o inimigo multiplicou-se: na Grécia e na Itália, na China e na Coreia e no Vietnã e no Terceiro Mundo. Em todas as circunstâncias, o inimigo real funde-se ao inimigo imaginário. Suspeita-se dos neutros, não há lugar para terceiros, a quem cumpre hostilizar.” (2000, p. 11).

Com efeito, desde o início da Guerra Fria, a Doutrina de Contenção serviu para legitimar e ocultar ações expansionistas americanas na periferia do campo ocidental. O próprio tom apocalíptico³² do discurso feito pelo Presidente Harry Truman para alertar o Congresso americano sobre o perigo do comunismo soviético na Grécia e na Turquia representou mais uma “instrumentalização” da doutrina para servir os interesses do país, do que um perigo efetivo de expansão soviética sobre esses países.

Na verdade, os EUA sabiam que havia poucos indícios sobre algum envolvimento direto da URSS na guerra civil grega. Intervenções no conflito interno grego estavam sendo realizadas pelo general Tito da Iugoslávia, que agia de forma independente em relação à URSS.

Segundo Warren Cohen (1993), a preocupação principal não era a Grécia em si, e sim assegurar o poder dos EUA no Oriente Médio. A região era

even permitted their allies to maintain trade (and in the case of Japan, investment) policies that discriminated against the United States.” (p. 49-88).

³² Recorrendo a uma retórica exaltada e referindo-se à União Soviética como “regime totalitário”, o discurso do Presidente Truman alertava sobre o possível impacto que a tomada de poder por comunistas na Grécia e na Turquia poderia ter sobre a Europa e o Oriente Médio: “One of the primary objectives of the foreign policy of the United States is the creation of conditions in which we and other nations will be able to work out a way of life free from coercion [...] At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life [...] the disappearance of Greece as an independent state would have a profound effect upon those countries in Europe [...] Confusion and disorder might well spread throughout the entire Middle East [...] I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures [...] If we falter leadership, we may endanger the peace of the world – and we shall surely endanger the welfare of our own nation.” (President Harry S. Truman’s Address Before A Joint Session of Congress, March 12, 1947).

extremamente importante caso houvesse uma guerra com a URSS, e as reservas de óleo da região não poderiam ser dominada pelos soviéticos: “In 1947, the Truman administration misled Congress and the American people by exaggerating the Soviet threat, in order to enable the president to gain congressional and public support.”(1993, p. 251).

Independentemente se esta era ou não a real preocupação dos EUA, o fato é que o Presidente Truman inaugurou uma prática que seria utilizada por muitos presidentes norte-americanos. Desse modo, ao longo da Guerra Fria, os Estados Unidos recorreriam à retórica da “contenção ao comunismo” para fins políticos, seja para assustar a população a fim de ganhar apoio para elevar os gastos militares, seja para legitimar intervenções militares em países periféricos. Como assevera LaFeber:

“..for the first time in the postwar era, Americans massively intervened in another nation’s civil war. Intervention was justified on the basis of anticommunism [...] the doctrine became an ideological shield behind which the United States marched to rebuild the Western political-economic system and counter the radical left. From 1947 on, therefore, any threats to that Western system could be easily explained as communist-inspired [...] That was the most lasting and tragic result of the Truman Doctrine.” (1997, p. 57-8).

Os anos de Guerra Fria estão repletos de exemplos de como os EUA recorriam ao uso do discurso da “guerra contra os comunistas” para buscarem seus interesses em grande parte do mundo, excluindo-se as áreas de influência soviética. Ainda no governo Truman, como o então Secretário de Estado, Dean Acheson (1953) muito bem expressou, a Guerra da Coreia salvou os EUA, na medida em que possibilitou a aprovação do NSC-68³³ e a projeção de poder norte-americano sobre a península coreana. Assim, os gastos militares norte-americanos, que eram de 30,4 bilhões de dólares em 1950 (4,6% do PIB), saltaram para 49,1 bilhões em 1951 e 64,7 bilhões em 1952, equivalentes a 6,9% e 12,7% por cento do PIB respectivamente. (Gaddis, 1982, p. 359).

Na verdade, exagerar o perigo comunista a fim de assustar a população para arregimentar apoio as suas políticas expansionistas foi uma característica que esteve presente nas sucessivas administrações norte-americanas, fossem elas

³³ Após o estouro do conflito na península coreana, o governo Truman elevou o orçamento militar dos EUA para US\$ 48,2 bilhões. Um aumento de 257% em relação aos US\$ 13 bilhões orçados.

democratas ou republicanas. Essa retórica, que distinguia democracia e totalitarismo, propiciou os contornos de um mapa adequado, a partir do qual o governo norte-americano arregimentava apoio interno para projetar seu poder.

Muitos analistas, geralmente realistas, criticavam a estratégia da Contenção pela sua suposta “indefinição”, uma vez que, para eles, os governantes não definiam claramente se o objetivo era conter a União Soviética ou o comunismo.³⁴

Ora, era justamente este tipo de “indefinição” que servia os interesses dos Estados Unidos. Apesar de o NSC-68³⁵ mostrar claramente que o inimigo era a União Soviética, convinha aos EUA recorrer a um discurso contra o comunismo. Conter a União Soviética e, logo, conter o comunismo conferiu aos Estados Unidos durante meio século uma liderança vocacionada à presença militar, política, econômica e cultural em qualquer parte dentro da sua esfera de influência.

Ainda de acordo com essa retórica, os comunistas poderiam estar em toda parte, o que legitimava a necessidade de Washington combatê-los onde fosse necessário. Assim, conflitos das mais variadas naturezas eram enquadrados na lógica Leste/Oeste, o que permitia aos Estados Unidos justificar suas intervenções - pelo menos ante a opinião pública interna – em países cuja situação nada tinha a ver com o contexto bipolar. Como ressalta Crabb:

“..it must also be noted that the vagueness and imprecision characteristic of American diplomatic doctrines has in some instances been intentional [...] they were designed to serve as highly flexible and adaptive policy instruments, affording officials in Washington maximum freedom to interpret and apply them to a wide range of diverse conditions abroad.” (1982, p. 396).

Até então , as ações norte-americanas estavam centradas exclusivamente na Europa. (Gaddis, 1982, p.113).

³⁴ Como aponta Gaddis : “... the issue of what it is that containment is supposed to contain – whether it is a specific country, or an ideology, or simply patterns of behavior [...] is one about which there has been, and still is, a surprising amount of disagreement. (1986, p. 9).

³⁵ É importante lembrar que o NSC-68 era um documento sigiloso de circulação interna do governo norte-americano, que só veio a público 25 anos depois, em 1975. Foi publicado pela primeira vez no *Naval War College Review*, XXVII (May-June, 1975), 51-108. (Gaddis 1982, p.107). Portanto, as informações contidas nesse documento possuem uma confiabilidade maior do que documentos de caráter público. É importante salientar que o documento aponta claramente a União Soviética como sendo a grande preocupação dos EUA. Logo no início do documento, o NSC-68 deixa claro quem é o inimigo: “the Soviet Union, unlike previous aspirants to hegemony [...] seeks to impose its absolute authority over the rest of the world. (NSC-68, 1950, p.3). Ao longo de todo o documento, todas as análises e ponderações são feitas em cima das capacidades soviéticas. Por fim, o NSC-68 conclui que o melhor caminho para lidar com o inimigo seria Contenção: “...to attempt to change the world situation by means short of war in such a way as to frustrate the Kremlin design and hasten the decay of the Soviet system.” (NSC-68, p.8).

Nesse sentido, a América Latina, provavelmente mais do que qualquer outra região do mundo, foi “vítima” das intervenções de Washington, justificadas com base no argumento de “combate ao comunismo.” Foi recorrendo a esse discurso que, já em 1954, por meio de tropas treinadas pela CIA e comandadas por Carlos Castillo Armas, os Estados Unidos derrubaram o governo de Jacobo Arbenz na Guatemala.

O grande defensor da democracia, os EUA, derrubaram um governo constitucionalmente eleito, que estava apenas empreendendo reformas que visavam a pôr um fim à exclusão social em que a maioria da população indígena vivia. Não havia nenhuma evidência de ligações de Arbenz com o comunismo. Na verdade, a irritação de Washington tinha outro motivo. O governo progressista de Arbenz havia tomado medidas que iam de encontro aos interesses da empresa norte-americana instalada no país, a United Fruit.³⁶ (LaFeber, 1997).

Com efeito, ao longo da Guerra Fria, sempre que os interesses de Washington estivessem em jogo em determinado país, os EUA lá “achavam” comunistas para combater. Como relata LaFeber (1997), o próprio presidente Lyndon Johnson, querendo encontrar uma justificativa para intervir na República Dominicana em 1965, ordenou ao FBI que encontrasse de qualquer forma comunistas naquele país. Isso levou a embaixada norte-americana a emitir uma lista altamente contestável contendo o nome de cinquenta e oito “proeminentes comunistas” que participavam da revolta no país. Foi o suficiente para que a Casa Branca desembarcasse cerca de vinte e três mil soldados no país.³⁷

Destarte, utilizando o argumento da “luta contra os comunistas”, os Estados Unidos intervieram - direta ou indiretamente - em países da América Latina sempre que governos locais contrariavam seus interesses. Assim, a desestabilização de governos como o de Salvador Allende no Chile (1973), promovida por Nixon e Kissinger, era facilmente justificável no âmbito da Guerra Fria.

³⁶ Arbenz queria pôr um fim ao virtual apartheid que vivia a maioria da população indígena do país. Por isso, estabeleceu uma série de medidas que irritavam a United Fruit. Estabeleceu, por exemplo, um código trabalhista para proteger os trabalhadores. Além disso, expropriou parte das terras da United Fruit, ao implementar a lei de reforma agrária. Assim, entre 1954 e 1965, os EUA forneceram mais dinheiro à Guatemala do que a qualquer outro país da América Latina. Os resultados foram apenas a constituição de um regime militar brutal e do surgimento de guerrilhas, levando o país ao caos. (LaFeber, 1997).

Nenhum presidente estadunidense, por sua vez, recorreu mais esse tipo de discurso a fim satisfazer os interesses norte-americanos do que Ronald Reagan. O presidente americano havia colocado em prática uma oratória inflamada para reconstruir o consenso que havia se desfeito com a Guerra do Vietnã e assim conseguir apoio às intervenções do país. Destarte, ao mesmo tempo em que Reagan caricaturava a URSS como império do mal, o mesmo costurava alianças com os regimes ditatoriais mais brutais. (Cohen, 1993).

A segurança norte-americana nunca esteve de fato ameaçada pelos movimentos revolucionários da América Latina. Na verdade, todos os movimentos nacionalistas que surgiam em países do hemisfério ocidental e que por ventura contrariassem os interesses econômicos de Washington eram tachados de comunistas pelo governo Reagan, sujeitos, portanto, a represálias. (Ryan, 2000).

Nesse sentido, a despeito dos massacres e assassinatos que são imputados ao exército de El Salvador, Reagan não hesitou em apoiá-los na campanha contra os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. O presidente tampouco titubeou ante a decisão de invadir unilateralmente a pequena ilha de Granada em 1983 para tirar do poder um governo “amigo” de Cuba, instalando no país um governo pró-Estados Unidos.³⁸ (LaFeber, 1997).

Sob a visão maniqueísta de Reagan, qualquer país que tentasse empreender políticas independentes de Washington, principalmente em seu “quintal”, era repreendido. Talvez o exemplo mais emblemático seja o da Nicarágua. Desde a revolução de 1979, os sandinistas estavam melhorando todos os índices sociais da Nicarágua.³⁹ As políticas postas em prática pelo grupo, contudo, iam de encontro

³⁷ Segundo LaFeber (1997), os EUA só conseguiram uma aprovação relutante da OEA para intervir no país, pois intimidaram os países que participaram da votação.

³⁸ De acordo com LaFeber (1997), cinco anos após a invasão americana em Granada e 110 milhões de dólares despejados no país, os políticos desta ilha caribenha eram anticomunistas. Porém, a economia do país estava mergulhada em depressão e alto desemprego. Mas, isso não importava para Washington.

³⁹ Segundo Ryan, Os sandinistas, reduziram o analfabetismo a 13% da população, ganhando um prêmio da UNESCO por isso. Quando no governo do ditador Somoza, essa porcentagem chegava a 50%. Além disso, aumentaram o número de escolas em 127%, 61% a mais de professores. Os serviços médicos, por sua vez, eram disponibilizados a toda população gratuitamente. Reduziu-se, ademais, o número de morte infantil em 90%. Progressos esses reconhecidos até pelo BID. De acordo com Ryan, a hipocrisia dos EUA chegava a tal ponto que, Reagan insistia para que os sandinistas introduzissem a democracia na Nicarágua, ao mesmo tempo em que Washington apoiava países vizinhos que eram extremamente autoritários como El Salvador e Guatemala. (2000, p. 177-79).

ao receituário neoliberal do governo Reagan. Logo, não demorou muito para que o presidente republicano “descobrisse” ligações entre Nicarágua e a União Soviética e alertasse o povo americano sobre o perigo do eixo URSS-Cuba-Nicarágua. Como salienta Ryan:

“US security was never really threatened by the Sandinistas or any other revolutionary group during the 1980s [...] But Reagan, bound by Cold War straitjackets and US absolutism [...] had to situate the Nicaraguan revolution in the ideological East to legitimate US aggression [...] in the extreme bipolar vision of the Reagan doctrine, any assertion of independence, especially in the US ‘backyard’ was intolerable [...] Nicaragua threatened US hegemony, providing a role model that was inappropriate for the periphery, undermining neo-liberal modernisation and internationalism.” (2000, p. 167, 174 e 180).

Assim, quando o escândalo do “Irã-Contras” veio a público em 1986, mais de 40 mil nacionais da Nicarágua haviam perdido suas vidas. Entre 1981 e 1988, treinados pela CIA, os “contras” tinham destruído praticamente todo o país, desde pontes, portos e instalações de petróleo até centros escolares e de saúde. Em 1986, a Corte Internacional de Justiça chegou a condenar os EUA por ferir o direito internacional ao intervir nos assuntos internos de outro país. Washington simplesmente ignorou a decisão. (Ryan, 2000).

Com efeito, ao longo da Guerra Fria, a defesa da democracia contra o totalitarismo restringia-se ao plano da retórica. Na prática, Washington realizava alianças com qualquer espécie de governo para derrotar os soviéticos. Assim, a despeito de isso ocorrer com maior frequência na América Latina, os Estados Unidos agiram da mesma forma em várias regiões do mundo. O suporte norte-americano ia desde a ajuda a ditadores nas Filipinas, até a cooperação com o governo responsável pelo regime de *apartheid* na África do Sul.⁴⁰ (LaFeber, 1997).

Para o professor César Guimarães (2000), durante a Guerra Fria, países e blocos considerados democráticos eram aqueles destinados a conter o comunismo. Assim, desde que o conjunto contivesse objetivos democráticos, os Estados Unidos não consideravam um problema apoiar Estados autoritários na luta contra comunistas. O todo conferia significado às partes, ou como lembra o professor

40 “..Ronald Reagan, whose outspoken support for freedom in the communist world was accompanied by close U.S relations with various authoritarian regimes useful to the United States, such as those led by Suharto in Indonesia, Mobutu Sese Seko in Zaire, the generals of Nigeria, and Institutional Revolutionary Party of Mexico.”(Carothers, 2003, p. 96).

César ao fazer alusão a Maquiável, os fins justificavam os meios. Cohen complementa:

“for every American or Soviet soldier that was killed in combat [...] Millions more suffered human rights abuses in the Soviet empire and in countries like Chile, El Salvador, Guatemala, Iran, and South Korea where the United States supported brutal regimes as bulwarks against communism.” (1993, p. 256).

Em suma, no pós-Segunda Guerra Mundial, apesar da disparidade de poder a favor dos EUA, a União Soviética representou um obstáculo real à expansão da influência norte-americana em nível global. Nesse contexto, a Doutrina da Contenção passou a orientar a política externa norte-americana ao longo da Guerra Fria. O objetivo de conter os soviéticos, todavia, não impediu os EUA de instrumentalizarem o discurso da “contenção aos comunistas” para legitimar e ocultar suas ações expansionistas sobre a periferia do campo ocidental. Assim, se, por um lado, a Contenção foi realmente necessária para combater os soviéticos, por outro, ela serviu aos interesses norte-americanos dentro de sua esfera de influência – a qual, diga-se de passagem, correspondia a quase todo o globo.

2.5. Conclusão

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há um reordenamento nas relações internacionais. Os Estados Unidos surgem como a maior potência - em todos os campos. A União Soviética, por sua vez, também desponta como a segunda grande potência do pós-guerra. Embora EUA e URSS houvessem cooperado durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1947, os interesses de ambos países foram tornando-se diametralmente opostos. Assim, durante esses dois anos, norte-americanos e soviéticos passaram a considerar-se adversários, dando início ao que se convencionou chamar de Guerra Fria.

Em resposta ao contexto bipolar que se formara, os Estados Unidos formularam a Doutrina da Contenção, cujo objetivo era derrotar a União Soviética. Apesar de existirem outras opções para lidar com os soviéticos, a Contenção foi considerada o melhor referencial para a política externa norte-americana, sobretudo, a partir da obtenção de armas nucleares pela União Soviética.

Destarte, a Doutrina da Contenção tornou-se o guia orientador da política externa norte-americana durante todo período bipolar. Como salienta Joseph Nye: “For almost five decades, the containment of Soviet power provided a North Star to guide American Foreign policy.” (1999, p. 22).

As diferentes “matizes” assumidas pela Contenção ao longo dos 40 anos de Guerra Fria não alterou o consenso que havia se configurado em torno da estratégia. Os diferentes governantes da Casa Branca alteravam apenas o *modus operandi* da Contenção. Esta, porém permaneceu o guia da inserção norte-americana no sistema internacional durante a bipolaridade. A contenção era uma estratégia de Estado.

A Doutrina da Contenção, por sua vez, teve significados diferentes dentro da esfera ocidental. Por um lado, a Contenção traduziu-se em maior cooperação entre os EUA e as potências ocidentais, uma vez que Washington necessitava desses países para derrotar a URSS. Por outro, os Estados Unidos recorreram à retórica da “contenção aos comunistas” para arregimentar apoio da população doméstica e realizar ações expansionistas em praticamente toda a periferia do sistema internacional sob sua esfera de influência. Como ressalta o professor Guimarães: “Enunciada pelo presidente Truman, em 1947, ampliada pelo célebre memorando 68 do Conselho de Segurança Nacional, em 1950, a ‘contenção’ teria se mostrado, ao juízo da história, adequada ao interesse nacional americano...” (2000, p. 9).